

## **Eixo Temático: 12. Educação do Campo e Gestão**

### **ONDE E QUANTAS: Mapeando as Condições das Escolas do Campo no Estado do Rio de Janeiro**

### **DÓNDE Y CUÁNTAS: mapeo de las condiciones de las escuelas del campo en el Estado de Río de Janeiro**

**Zoia Ribeiro Prestes<sup>1</sup>**

**Fernanda Fochi Nogueira Insfran<sup>2</sup>**

**Thiago Gabry<sup>3</sup>**

**Resumo:** Este trabalho objetiva apresentar o percurso realizado até o momento pelos pesquisadores responsáveis pelo projeto de pesquisa “Onde estão, como estão e quantas são: um mapeamento das escolas do campo no Estado do Rio de Janeiro”, iniciado em dezembro de 2023 e com previsão de vigência de três anos. A pesquisa objetiva investigar a localização, condições e número de escolas do campo em assentamentos, territórios indígenas e quilombolas, diferenciando-as das escolas rurais, cujos conceitos têm sido usados indiscriminadamente nos documentos oficiais. Dessa forma, a metodologia inclui revisão de literatura sobre educação rural e do campo, elaboração de questionários online, seminários com especialistas e articulação com secretarias de educação. Os resultados iniciais indicam a necessidade de redefinir conceitos de "escola rural" e "escola do campo" para fundamentar políticas públicas adequadas, destacando as especificidades culturais e sociais das comunidades camponesas.

**Palavras-chave:** Educação do campo. Mapeamento. Escolas do campo. Políticas Públicas.

**Resumen:** Este trabajo tiene como objetivo presentar el recorrido hasta el momento por los investigadores responsables del proyecto de investigación “Dónde están, cómo son y cuántos son: un mapeo de las escuelas rurales del Estado de Río de Janeiro”, iniciado en diciembre de 2023. y se espera que tenga un plazo de tres años. La investigación tiene como objetivo investigar la ubicación, condiciones y número de escuelas rurales en asentamientos, territorios indígenas y quilombolas, diferenciándolas de las escuelas rurales, cuyos conceptos han sido utilizados indiscriminadamente en documentos oficiales. Así, la metodología incluye una revisión de literatura sobre educación rural y rural, elaboración de cuestionarios online, seminarios con expertos y coordinación con departamentos de educación. Los resultados iniciales indican la necesidad de redefinir los conceptos de "escuela rural" y "escuela de campo" para apoyar políticas públicas apropiadas, destacando las especificidades culturales y sociales de las comunidades campesinas.

**Palabras-clave:** Educación rural. Cartografía. Escuelas de campo. Políticas públicas.

---

<sup>1</sup> Professora do Departamento Sociedade, Educação, Conhecimento (SSE) da Universidade Federal Fluminense. Niterói, RJ, Brasil. E-mail: [zoiaprestes@id.uff.br](mailto:zoiaprestes@id.uff.br)

<sup>2</sup> Professora do Departamento de Fundamentos Pedagógicos (SFP) da Universidade Federal Fluminense. Niterói, RJ, Brasil. E-mail: [fernanda\\_insfran@id.uff.br](mailto:fernanda_insfran@id.uff.br)

<sup>3</sup> Pedagogo e Mestre em Ensino pelo Instituto do Noroeste Fluminense de Ensino Superior da Universidade Federal Fluminense. E-mail: [thiagogabry@id.uff.br](mailto:thiagogabry@id.uff.br)

## **1 INTRODUÇÃO**

Este trabalho apresenta o andamento inicial do projeto de pesquisa financiado pelo Edital Universal 10/2023 do Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico (CNPq), intitulado "Onde estão, como estão e quantas são: um mapeamento das escolas do campo no Estado do Rio de Janeiro". Iniciado em dezembro de 2023, o projeto, com duração de três anos, envolve pesquisadores de universidades públicas do Brasil e México, ativistas do MST e apoio de instituições como o MST-RJ e a Defensoria Pública do Estado do Rio de Janeiro. Seu objetivo é mapear as escolas do campo nas oito regiões administrativas do estado, investigando sua localização, condições, oferta e demanda, além de analisar as possibilidades de permanência dessas escolas em assentamentos, territórios indígenas, quilombolas e áreas de reforma agrária.

O projeto levanta a hipótese de que os termos "escola do campo" e "escola rural" são usados indiscriminadamente em documentos oficiais, o que invisibiliza a luta histórica dessas comunidades. Além disso, o constante fechamento e reorganização de escolas no estado é um fator adicional que motiva a pesquisa. Nesse contexto, a identidade das escolas do campo é essencial para valorizar a realidade dos povos do campo, das águas e das florestas e garantir seu acesso à educação.

Tais discussões fundamentam-se em autores como Singer (1972) e Lefebvre (1978, 2002), que nos auxiliam a compreender a diferenciação que vem sendo construída entre campo e cidade, bem como o avanço do capitalismo sobre as zonas rurais, Caldart (2012), que contribui para uma compreensão mais ampla sobre a definição do que é considerado rural no Brasil, Marcuzzo e Ramos (2024), que nos ajudam a pensar as ruralidades a partir de distintas definições; e a Resolução nº 2, de 28 de abril de 2008, elaborada pela Câmara de Educação Básica do Conselho Nacional de Educação (CNE) e publicada pelo Ministério da Educação do Brasil (MEC), que estabelece diretrizes complementares, normas e princípios para o desenvolvimento de políticas públicas destinadas ao atendimento da Educação Básica nas escolas do campo, dentre outros autores e autoras.

Assim, apresentaremos aqui brevemente a primeira etapa do projeto de pesquisa, que consistiu na apropriação por parte da equipe de pesquisadores dos referenciais teóricos da área que, além de contribuírem para dirimir confusões conceituais, nos auxiliaram a fundamentar nossos instrumentos de coleta de dados. Ao final deste resumo expandido, são indicados os próximos passos para o desenvolvimento da pesquisa.

## **2 METODOLOGIA**

A pesquisa, financiada pelo CNPq por meio do Edital Universal 10/2023, é coordenada pela Universidade Federal Fluminense (UFF) e envolve pesquisadores de universidades brasileiras e mexicanas<sup>4</sup>. Iniciada em dezembro de 2023, com previsão de conclusão em dezembro de 2026, a pesquisa já concluiu a primeira etapa e iniciou a segunda. As atividades incluem revisão de literatura sobre a distinção entre educação do campo e educação rural, reuniões de planejamento, seminários internos e contatos com o MST, a Defensoria Pública e parlamentares do Rio de Janeiro. Também estão sendo desenvolvidos e testados instrumentos de coleta de dados para envio às secretarias municipais de educação no segundo semestre de 2024.

Durante o I Seminário Interno, com a participação de especialistas, foi discutida a viabilidade de visitas in loco aos 77 municípios com escolas rurais identificadas pelo Censo Escolar 2022. Essas visitas serão realizadas de forma limitada devido a dificuldades logísticas e de recursos, priorizando o contato inicial com as regiões Metropolitana e Norte/Noroeste Fluminense por meio de questionários online e visitas presenciais em seguida.

### **3 DESENVOLVIMENTO– PRIMEIROS PASSOS DA PESQUISA**

#### **3.1 FUNDAMENTAÇÃO TEÓRICA – ESCOLAS DO CAMPO OU ESCOLAS RURAIS?**

O primeiro ponto que chamou atenção e, de certo modo, motivou a submissão do projeto de pesquisa ao Edital Universal do CNPq, foi a constatação das pesquisadoras da UFF de que o Censo Escolar do MEC apresentava uma denominação genérica – “rurais” para se referir a escolas que não estão localizadas em centros urbanos. As categorias de "rural" e "urbano" são construções sociais e políticas que variam de acordo com os critérios adotados em cada contexto (MARCUIZZO; RAMOS, 2024).

Nessa esteira, entendemos que o conceito de Educação do Campo, como se refere Caldart (2012), vem sendo construído desde a luta dos movimentos populares e sindicais, desenvolvendo práticas educativas, alternativas de resistência para continuarem (re)existindo no campo, na luta por políticas públicas para a Educação do e no Campo, na construção de uma educação *do e com os povos do campo* e não para estes. Uma educação que esteja vinculada às

---

<sup>4</sup> Além dos autores deste resumo, a pesquisa em tela conta com a participação e colaboração de pesquisadores como Ana Maria Almeida da Costa (UFF/Campos dos Goytacazes), Eliud Torres Velázquez (Universidad Nacional Autónoma de México - UNAM), Paulo Afonso do Prado (FioCruz), Viviane Merlim Moraes (UFF/Niterói), Daniele de Carvalho Grazinoli (UFRJ), Juliana Lopes (UFPR), Caroline Trapp de Queiroz (UERJ), Beatriz Corsino Pérez (UFF/Campos dos Goytacazes), Fabrícia do Nascimento Silva de Oliveira (UFRRJ), Calebe Pedro de Oliveira (UFRRJ), Carolina Arce (UERJ).

lutas sociais dos diferentes sujeitos do campo, na construção de um projeto popular de desenvolvimento.

O conceito em construção, a educação do campo, sem se deslocar do movimento específico da realidade que a produz, já pode configurar-se como uma categoria de análise da situação ou de práticas e políticas da educação dos trabalhadores do campo, mesmo as que se desenvolvam em outros lugares e com outras denominações. E como análise, é também a compreensão da realidade *por vir*, a partir de possibilidades ainda não desenvolvidas historicamente, mas indicadas por seus sujeitos ou pelas transformações em curso em algumas práticas educativas concretas de construir políticas de educação. (CALDART, 2012, p. 257)

Dessa forma, entende-se que se trata de uma educação que deve ser *no e do* campo, conforme explicita Caldart (2004, p.149): “No: o povo tem direito a ser educado no lugar onde vive; Do: o povo tem direito a uma educação pensada desde o seu lugar e com a sua participação, vinculada à sua cultura e às suas necessidades humanas e sociais”.

Partindo das reflexões desta autora e diante de dados do Censo Escolar 2022, com a simplificação (e por que não dizer invisibilização?) da apresentação da localização das escolas do Estado do RJ, considera-se premente definir a diferença entre escola rural e escola do campo para viabilizar a formulação de políticas públicas para que sejam reconhecidas as especificidades desta última e suas demandas. Nessa toada, Lefebvre (1978), por sua vez, revela que o espaço, tanto rural quanto urbano, é produzido socialmente de acordo com as necessidades do capital. Dessa forma, o espaço rural, antes visto como autônomo e desvinculado das pressões urbanas, é agora apropriado pelo capital para novos fins, como a expansão imobiliária, o turismo e a exploração de recursos naturais. Sendo que essa lógica de mercantilização cria novas formas de desigualdade e exclusão, tanto no campo quanto na cidade.

Portanto, compreender a educação do campo não somente como um espaço geográfico, mas pensada do ponto de vista dos direitos sociais, aspectos culturais e especificidades da população do campo, das águas e da floresta, que permeiam a educação camponesa, é imprescindível para a reorganização das políticas públicas. Nessa linha, a Resolução nº 2, de 28 de abril de 2008, apresenta diretrizes fundamentais para o desenvolvimento de uma Educação do Campo que atenda às especificidades das populações rurais no Brasil. Reconhecendo a diversidade cultural e socioeconômica do campo, a resolução propõe uma educação contextualizada, com currículos adaptados, horários flexíveis, e uma infraestrutura que garanta o acesso e a permanência dos alunos nas escolas rurais. O documento também reforça a importância da formação adequada dos professores e da participação ativa das comunidades no processo educacional. Com isso, busca-se promover uma educação que

valorize a vida no campo, contribua para o desenvolvimento ambientalmente equilibrado e estimule a permanência dos jovens nas áreas rurais, contribuindo para a transformação social dessas comunidades (BRASIL, 2008).

Assim, a educação do campo não pode ser somente uma adaptação à área rural, precisa ser pensada a partir do campo. É preciso encontrar maneiras de fazer com que isso ocorra, garantindo os direitos e respeitando o contexto em que a criança, o adolescente e adultos estão inseridos.

### **3.2 RESULTADOS E DISCUSSÕES – REFLEXÕES INICIAIS DA 1ª ETAPA DA PESQUISA**

A realização do I Seminário Interno<sup>5</sup> do Projeto de Pesquisa foi um marco importante na primeira etapa desta pesquisa, conforme apresentado nos tópicos anteriores deste resumo expandido. A partir do discutido neste encontro, compreendeu-se a necessidade de, constantemente, situar a educação do campo no embate entre projetos de sociedade/educação/agricultura, na busca da superação da lógica colonial<sup>6</sup> e urbanocêntrica<sup>7</sup> da educação rural (na perspectiva do ruralismo) — educação do campo como um significante “universal” que tenta abranger realidades que são singulares.

Assim, observa-se a necessidade de cada vez mais tentar aproximar a designação das especificidades do campo brasileiro (águas, florestas, campo etc.) — conceito fincado no mundo do trabalho e não nas definições geográficas e territoriais.

### **CONSIDERAÇÕES FINAIS**

---

<sup>5</sup> Importante ressaltar que o referido Seminário contou com a participação de dois especialistas em Educação do Campo convidados, os professores Ramofly Bicalho (UFRRJ) e Valter Leite (MST-PR), dos membros da equipe de pesquisa, do presidente do setor Educação do MST-RJ e de representantes de parlamentares fluminenses.

<sup>6</sup>Singer (1972) destaca que a relação entre campo e cidade na América Latina tem raízes coloniais. Sendo que, durante o período colonial, as áreas rurais foram majoritariamente estruturadas para produzir bens primários destinados à exportação, como açúcar, tabaco e café, enquanto as cidades serviam como centros administrativos e de comércio para esses produtos. No entanto, o campo e a cidade se desenvolveram de forma desequilibrada, com o campo sendo submetido à exploração intensiva para atender aos interesses do mercado internacional, enquanto as cidades funcionavam como intermediárias desse processo de extração de riqueza.

<sup>7</sup> De acordo com Lefebvre (2002), a urbanização deve ser compreendida como um processo histórico contínuo e dialético, que altera radicalmente as relações sociais, econômicas e espaciais. Sendo assim, a urbanização não se restringe ao crescimento das cidades, mas envolve uma transformação estrutural que afeta todo o modo de produção capitalista. Para o autor, o processo de urbanização é, em última instância, a expressão espacial da evolução das sociedades capitalistas. Nessa esteira, um dos conceitos centrais de Lefebvre (2002) é o de “urbanização completa” ou “urbanização planetária”. O autor afirma que o campo e a cidade, tradicionalmente vistos como opostos, estão cada vez mais interconectados, à medida que o capitalismo transforma tanto as áreas urbanas quanto as rurais em espaços de produção e consumo.

Conforme já explicitado no tópico de metodologia, pretende-se com base na revisão bibliográfica; na *expertise* da equipe; no acesso e cruzamento de dados estatísticos disponíveis; dados coletados via questionário on-line; em visitas *in loco*, apresentar um mapeamento detalhado da situação das *escolas do campo* do Estado do RJ. Aspira-se contribuir com a ampliação do debate sobre as *escolas e a Educação do campo* como política pública, dirimir dissonâncias conceituais e produzir dados atualizados que evidenciam o real estado das *escolas do campo* e as demandas das comunidades.

## REFERÊNCIAS

BRASIL. Ministério da Educação. Conselho Nacional de Educação. Câmara de Educação Básica. **Resolução nº 2, de 28 de abril de 2008**. Dispõe sobre diretrizes complementares, normas e princípios para o desenvolvimento de políticas públicas de atendimento da Educação Básica. Diário Oficial da União: seção 1, Brasília, DF, 30 abr. 2008. Disponível em: [http://portal.mec.gov.br/arquivos/pdf/resolucao\\_2.pdf](http://portal.mec.gov.br/arquivos/pdf/resolucao_2.pdf). Acesso em: 10 out.2024.

CALDART, R. S. Por uma Educação do Campo: Traços de uma identidade em construção. In. ARROYO, M. G. CALDART, R. S. MOLINA, M. C. (Org.). **Educação do Campo: identidade e políticas públicas**. Petrópolis – RJ: Vozes, 2004. Disponível em: <https://www.gepec.ufscar.br/publicacoes/livros-e-colecoes/livros-diversos/educacao-do-campo-identidade-e-politicas-publicas.pdf>. Acesso em: 07 set.2024.

CALDART, Roseli Salette; PEREIRA, Isabel Brasil; ALENTEJANO, Paulo; FRIGOTTO, Gaudêncio (orgs.). **Dicionário da Educação do Campo**. Rio de Janeiro, São Paulo: Escola Politécnica de Saúde Joaquim Venâncio, Expressão Popular, 2012. Disponível em: <https://www.epsjv.fiocruz.br/sites/default/files/1191.pdf>. Acesso em: 10 jun.2024.

LEFEBVRE, Henri. **A revolução urbana**. Belo Horizonte: Editora UFMG, 2002.

LEFEBVRE, Henri. **De lo rural a lo urbano**. Antología preparada por Mario Gaviria. 4ª ed. Barcelona: Edicions 62, 1978.

MARCUZZO, Juliana Luisa; RAMOS, Marília Patta. A definição de rural e urbano e o desenvolvimento regional: uma avaliação de diferentes metodologias de classificação. In: **SEMINÁRIO INTERNACIONAL SOBRE DESENVOLVIMENTO REGIONAL**, 2., 2024, Santa Cruz do Sul. Anais [...]. Santa Cruz do Sul: Universidade de Santa Cruz do Sul-RS, 2024. Disponível em: <https://online.unisc.br/seer/index.php/redes/article/view/11054>. Acesso em: 15 jul.2024.

SINGER, Paul. Campo e cidade no contexto histórico latino-americano. **Cadernos Cebrap**, v. 7, 1972. Disponível em:

[https://bibliotecavirtual.cebrap.org.br/arquivos/campo\\_e\\_cidade\\_no\\_contexto.b.pdf](https://bibliotecavirtual.cebrap.org.br/arquivos/campo_e_cidade_no_contexto.b.pdf). Acesso em: 13 jun.2024.